

Revolução capitalista e Estado desenvolvimentista

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Novembro de 2013.

Abstract. Economic development can be understood only as the process of capital accumulation embodying technological progress that increases the standards of living, whereas development or progress, as the achieving of five political objectives: security, individual liberty, economic well-being, social justice, and protection of the environment. Economic development as well as nations, the modern state, and the nation-states are outcomes of the capitalist revolution in each country. According to this approach we should distinguish the three types of countries that already realized their capitalist revolution: countries of original development, of backward national development and of backward national-dependent development. The weaker and less developed countries must confront the imperialism of the more powerful, an imperialism that today is expressed in the occupation of the domestic markets of developing countries by multinational enterprises and their weakening through foreign indebtedness, and, ideologically, by persuading its relatively dependent elites of the superiority of the liberal orthodoxy in relation to developmentalism.

Resumo. O desenvolvimento econômico é o processo de acumulação de capital com incorporação de progresso técnico que melhora os padrões de vida. Desenvolvimento sem adjetivos ou progresso é o alcance de cinco objetivos políticos: segurança, liberdade individual, bem-estar econômico, justiça social e proteção do ambiente. O desenvolvimento econômico, assim como as nações e o estado-nação são resultado da revolução capitalista em cada país. De acordo com essa perspectiva, poderemos distinguir três tipos de estados-nação que já realizaram sua revolução capitalista: os países de desenvolvimento original, os de desenvolvimento retardatário nacional, os países de desenvolvimento retardatário nacional-dependente. Os países mais fracos e menos desenvolvidos devem enfrentar o imperialismo dos mais poderosos, um imperialismo que hoje se expressa na ocupação dos mercados domésticos dos países em desenvolvimento por parte das empresas multinacionais e seu enfraquecimento através de endividamento externo, e, ideologicamente, através da persuasão de suas elites relativamente dependente da superioridade da ortodoxia liberal em relação ao desenvolvimentismo.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico, revolução capitalista; nação, estados-nação,

Classificação JEL: O10, O11 e O19

Historicamente a revolução capitalista começou na Europa por uma revolução agrícola, no século XI, seguida pelo surgimento das cidades-estado no norte da Itália, por uma revolução comercial no século XVI, e pelo surgimento das nações e dos estados-nação, e se considerar que ela se completou quando a Inglaterra realizou a Revolução Industrial. A formação do estado-nação na Europa foi o resultado da aliança política do monarca absoluto e da aristocracia patrimonialista ou cortesã a ele associada com a burguesia nascente e tinha como adversários os senhores feudais. Na Europa, algumas dessas

coalizões de classes lograram se constituir em nação, ocupar um território, construir um Estado, formar um estado-nação dotado de um grande e relativamente seguro mercado interno, e, afinal, realizar sua revolução industrial, assim completando sua revolução capitalista. Essa coalizão de classes originária foi autoritária e desenvolvimentista, na medida em que seu Estado foi, do ponto de vista político, o Estado *absoluto*, e, do ponto de vista político, um Estado *mercantilista* (a primeira forma histórica do desenvolvimentismo).

O resultado fundamental da revolução capitalista é para cada estado-nação o desenvolvimento econômico – um processo de acumulação de capital com incorporação de progresso técnico que implica a melhoria do padrão de vida da população. É um processo histórico que se constitui como tal a partir do momento em que um povo se transforma em nação, constrói seu estado-nação, e realiza sua revolução capitalista. É um processo de mudança estrutural permanente, porque nele as três instâncias básicas da sociedade – a econômica e social, a cultural e a institucional – são interdependentes e mudam dialeticamente. É apenas a partir do momento em que a organização da produção social assume a forma capitalista ou moderna, e que uma classe de empresários capitalistas passam a investir e inovar em busca do lucro podemos falar em desenvolvimento econômico. É apenas a partir da revolução industrial, que é o momento final da revolução capitalista, que o progresso técnico passa a ocorrer de forma acelerada, e o crescimento econômico se torna sustentado, porque o reinvestimento dos lucros com incorporação de tecnologias cada vez mais eficientes e sofisticadas torna-se uma condição de sobrevivência das empresas.

Por outro lado, nas sociedades modernas o conceito de desenvolvimento sem adjetivos ou progresso também ganha sentido na medida em que, com o capitalismo e com a democracia, a *política* passa a se constituir na forma através da qual essas sociedades buscam seus objetivos comuns, os debatem no plano da cultura ou das ideias e os traduzem em reformas institucionais. Nas sociedades pré-capitalistas (com a famosa exceção da Grécia e da República romana), não havia propriamente política – o processo de argumentar e fazer compromissos para governar –, porque ela é incompatível com regimes autoritários. A política só surge quando as sociedades se dão conta de que podem controlar seu destino e usam o Estado como seu instrumento de ação coletiva para alcançar seus objetivos políticos. Experimentam então, além do desenvolvimento econômico, o processo histórico mais geral de desenvolvimento ou progresso, que é o

atingimento gradual mas não-linear dos objetivos políticos que as sociedades modernas definiram para si próprias: a segurança, a liberdade, o bem-estar econômico, a justiça social, e a proteção do ambiente.

Neste trabalho, discuto as relações entre a revolução capitalista, a formação do estado-nação e o desenvolvimento econômico a partir dessa perspectiva histórica. Darei uma especial ênfase à grande mudança da estrutura econômica e social que representa a revolução capitalista para cada estado-nação. As estruturas econômicas mudam com o progresso técnico e com as transformações correlatas nos sistemas de estratificação social e de propriedade. Já as instituições refletem as mudanças estruturais que ocorrem nas três instâncias da sociedade: a econômica, a política e a cultural. Seu papel é o de regular a vida social, estabelecendo uma relação dialética entre as mudanças nessas três instâncias e nas respectivas instituições. Apenas através da análise das mudanças nessas instâncias e do seu caráter dialético, envolvendo tanto correlações positivas como contradições, é que será possível compreender o desenvolvimento econômico, e, mais amplamente, o desenvolvimento ou o progresso. O trabalho está dividido em quatro seções. A primeira é conceitual; distinguirei nação de Estado e este de estado-nação, e argumentarei que as nações são uma forma moderna de sociedade que nasce com o capitalismo, assim como o desenvolvimento econômico. Na segunda seção meu argumento principal é o de que, além de ter sido uma revolução industrial, a revolução capitalista foi caracterizada por um processo político chave: a revolução nacional ou a formação dos estados nacionais. Na terceira seção, meu ponto central é o de que o desenvolvimento econômico ocorre através de etapas que diferem de acordo com três modelos históricos: – o desenvolvimento econômico ‘original’, o retardatário independente, e o retardatário nacional-dependente. O desenvolvimento original têm como exemplos paradigmáticos a Grã-Bretanha e a Alemanha, o desenvolvimento retardatário nacional, a Coreia do Sul e a China, e o nacional-dependente, o Brasil e o México. Finalmente, discutindo os dois últimos modelos históricos, salientarei que o êxito maior do primeiro está no fato de que sua autonomia em relação aos países ricos permitiu definir estratégias nacionais de desenvolvimento - que entendo como sendo a instituição ou o conjunto de instituições-chave do desenvolvimento econômico porque criam oportunidades de investimentos para os empresários.

Nação, Estado e estado-nação

Para compreender a revolução capitalista e a sociedade moderna que dela resultou, estou entendendo a nação como a sociedade que partilha um destino comum, o Estado como o sistema constitucional-legal e a organização que o garante, e o estado-nação como a unidade político-territorial dotada de um *mercado interno* suficientemente grande e seguro para que se possa realizar a revolução industrial. Neste quadro, a nação é um tipo de sociedade, o Estado moderno é uma instituição que, por ser constitucional, e dotada de soberania, e o estado-nação uma unidade político-territorial. Eric Hobsbawm (1990) é particularmente enfático em relação ao caráter moderno das nações, mas esta visão é mais ou menos consensual entre os estudiosos da nação e do nacionalismo. O Estado moderno que que é o instrumento dessa nação, é, originalmente, no plano político, um Estado absoluto, e, no plano econômico, um Estado desenvolvimentista – entendendo-se aqui por desenvolvimentismo uma forma de organização econômica e social do capitalismo na qual cabe ao mercado a coordenação do setor competitivo da economia nacional, enquanto cabe ao Estado a coordenação ou alocação dos fatores de produção do setor não-competitivo, e cabe a ele também a responsabilidade por uma ativa política macroeconômica, que garanta crescimento com pleno emprego com estabilidade de preços e financeira.

Nas sociedades modernas e democráticas o Estado é o instrumento de ação coletiva por excelência da nação na consecução de seus objetivos políticos de segurança, liberdade, bem-estar, justiça social e proteção do ambiente. Nesta qualidade, um dos papéis do Estado é o de regular o mercado. O Estado é, portanto, uma instituição superior ao mercado, não fazendo qualquer sentido opor Estado a mercado. Quando existe competição, o mercado é certamente a mais adequada; quando ela não existe, o mercado não funciona, e não há alternativa senão recorrer ao Estado. A tese liberal que as falhas do Estado ao tentar corrigir as falhas do mercado são maiores do que as falhas originais não faz sentido. É claro que as políticas do Estado nem sempre estão corretas, seja porque atendem a interesses que não são compatíveis com o interesse público, seja porque são formuladas e executadas de forma incompetente. Mas isto não justifica rejeitar a competência e o espírito republicano dos governantes. Quando nós fazemos tal escolha, nós rejeitamos a política e nos entregamos à barbárie dos interesses veiculados por mercados que em determinados setores não funcionam nem podem funcionar.

Nas duas fases iniciais do desenvolvimento econômico – na fase da acumulação primitiva e na da revolução industrial – o Estado é sempre um Estado desenvolvimentista; na

Europa dos séculos XVII e XVIII esse desenvolvimentismo é mercantilista; nos países centrais que realizaram sua revolução industrial com atraso, como os Estados Unidos e principalmente a Alemanha, o Estado já claramente desenvolvimentista. E nos demais países, nos países periféricos que tiveram que enfrentar o imperialismo industrial dos primeiros países que se industrializaram, o modelo de Estado será o do Estado desenvolvimentista japonês.

Em certos casos, como aconteceu no Japão ainda no século XIX, e na Rússia e na China, no século XX, o Estado desenvolvimentista assume o papel de agente direto do desenvolvimento econômico; mas, terminada a revolução industrial, privatiza o setor competitivo de sua economia. Na maioria dos casos, porém, a revolução industrial é promovida por uma coalizão de classes desenvolvimentista que combina desde o início intervenção moderada do Estado e iniciativa privada. Em todos os casos, terminada a revolução industrial, o Estado gradualmente se retira das atividades produtivas realizadas no setor competitivo da economia, porque o mercado tem melhores condições de coordená-las, mas continua desenvolvimentista porque continua a coordenar o setor monopolista da economia e a exercer política macroeconômica ativa.¹ Ao mesmo tempo a renda per capita e os padrões de vida continuam a aumentar, muitas empresas se transformam em grandes organizações, e, sempre no quadro do desenvolvimento capitalista, forma-se uma terceira classe além da capitalista e da trabalhadora: a classe profissional ou tecnoburocrática.

Esse Estado moderno, que inicialmente foi mercantilista ou desenvolvimentista, no século XIX, na Europa, se transformou em um Estado liberal (garante os direitos civis), que foi dominante nesse século. Mas, ao final dele, quando as classes populares logram o sufrágio universal, Esse Estado liberal torna-se um Estado liberal democrático, que garante adicionalmente os direitos políticos. A transição para a democracia foi possível porque o capitalismo é uma forma de organização econômica na qual a classe dominante não precisa dirigir diretamente o Estado; a realização do excedente econômico sob a forma de lucro se realiza no mercado, e não através do controle direto do Estado, como acontecia nas sociedades pré-capitalistas, que, por isso, eram necessariamente autoritárias.

Mais adiante, na segunda metade do século XX, dada a contínua pressão das classes populares, agora dotadas de um pouco mais de poder, esse Estado liberal-democrático, torna-se um Estado social-democrático, que garante adicionalmente os direitos sociais.

Mas para isto foi também preciso que o Estado, no plano econômico, deixasse de ser liberal, e fosse desenvolvimentista. Mas agora o desenvolvimentismo e democrático e social, e configura os Anos Dourados do Capitalismo.

Vemos por essa breve análise histórica que Estado e o mercado são as instituições de coordenação econômica e social que a nação utiliza. Enquanto o mercado é uma instituição vazia de vontade (mas não vazia de interesses), o Estado é sempre vontade política. É através do Estado que a ação coletiva se exerce; é através dele que as nações regulam a vida social buscando alcançar os objetivos políticos que as sociedades modernas definiram para si próprias: segurança, liberdade, bem-estar, justiça social e proteção do meio-ambiente. É através do mercado que as empresas concorrerem entre si, que os preços são formados, e que a alocação de recursos nos diversos setores competitivos da economia é realizada de forma eficiente. É através do mercado que os setores competitivos da economia são coordenados, é através do Estado que o mercado é regulado, que são coordenados os setores não-competitivos, e que, através de uma ativa política macroeconômica, se garante o equilíbrio macroeconômico e são criadas as condições necessárias para que os empresários invistam e inovem, o pleno emprego seja alcançado, e o desenvolvimento econômico ocorra de forma sustentada.

Para Ernest Gellner (1983), para cada nação tenderá a haver um estado-nação. Geralmente é esta a tese que é citada pelos analistas que resenham a obra de Gellner. Entendo, porém, que essa afirmação se aplica mais às nações da Europa Central do que, por exemplo, as surgidas nas Américas onde as nações são multirraciais e foram precedidas pela formação do Estado. Sua grande contribuição neste campo foi nos fazer compreender a mudança política fundamental causada pela revolução capitalista: a mudança de *unidade político-territorial*, a qual, nas sociedades antigas era o império clássico e nas sociedades modernas passa a ser o estado-nação. Ao diferenciar as sociedades escravistas e feudais (que ele denomina “sociedades agrárias”) das sociedades capitalistas (que ele denomina “sociedades industriais”), ele também distinguiu a natureza da unidade político-territorial própria a cada uma dessas duas formas básicas de sociedade. Enquanto nas sociedades agrárias a unidade político-territorial específica é o império clássico, a unidade político-territorial própria do capitalismo é o estados-nação.² Enquanto o império clássico, que teve como últimos representantes o Império Austro-Húngaro e o Império Otomano, não buscava integrar as colônias na sua cultura superior, mas apenas obrigá-las a pagar impostos, os estados-nação têm como lógica fundamental a da integração social dos povos

que fazem parte de seu território, porque eles são instrumentos da lógica capitalista que é a da competição. Uma competição que não é apenas entre empresas, mas também entre estados-nação. Uma competição na qual o Estado é o instrumento fundamental. Para Gellner (1983: 32) a sociedade industrial “é, em última análise, uma sociedade baseada no crescimento econômico...” uma sociedade na qual existe “a esperança do perpétuo aumento das satisfações e cuja legitimidade depende da sua capacidade de satisfazer essa expectativa”. E a forma de experimentar esse crescimento econômico é a de promover o aumento da produtividade através da transferência da cultura superior da elite dominante para o resto da população através de um sistema de educação pública. Para Gellner (1993: 116) essa transferência da cultura superior – uma cultura operacional voltada para o aumento da produtividade – é realizada no quadro do estado-nação, e tem como principal instrumento a educação pública, porque “o trabalho tornou-se semântico e requer uma comunicação impessoal e livre de contexto entre indivíduos que são membros de uma grande massa, o que só pode acontecer quando os membros dessa grande massa compartilham as mesmas regras de formulação e decodificação de mensagens”.

Uma vez uma nação se transforma em estado-nação e completa sua revolução capitalista através da revolução industrial, o desenvolvimento econômico passa a ocorrer de forma sustentada, relativamente automática, porque, dado o progresso técnico que caracteriza esse tipo de sociedade, o investimento se torna uma condição de sobrevivência das empresas. De acordo com essa perspectiva, o agente histórico por excelência do desenvolvimento econômico é a nação, é a elite nacionalista que dá a essa nação consistência política, é a sociedade nacional que, compartilhando um destino comum, logra controlar um território e se dotar de um Estado que lhe sirva de principal instrumento de ação coletiva, formando assim um estado-nação. A condição principal a determinar o bom êxito do desenvolvimento econômico é que essa nação tenha autonomia e coesão suficientes para, através do seu Estado, formular uma estratégia nacional de desenvolvimento ou de competição econômica com as demais nações. Histórica ou empiricamente não há caso de verdadeiro desenvolvimento econômico sob condição colonial. Entretanto a tese do protagonismo da nação no processo da revolução capitalista e do desenvolvimento econômico não nos deve levar a pensar que a nação preexiste ao Estado; que tenha origens imemoriais.

Estado liberal, liberal-democrático, e democrático-social

Nos primeiros países que se desenvolveram, Inglaterra e França, a formação dos estados-nação e a revolução industrial foram precedidas por um avanço tecnológico – a conquista das terras altas pela agricultura –, que ocorre em torno do século XI e explica a prosperidade da Europa a partir de então, e pelo mercantilismo. Foi a primeira forma histórica de desenvolvimentismo, e marca a formação de um primeiro “sistema-mundo” (Wallerstein 1974). Ao mesmo tempo, através da aliança política dos monarcas absolutos e sua aristocracia cortesã com a burguesia nascente, inicia-se o processo de formação dos estados-nação. É a partir do momento em que as nações se dotam de Estados e formam estados-nação é que são definidos grandes e razoavelmente seguros mercados internos, e a revolução industrial se torna viável. Enquanto os impérios eram a forma por excelência de organização político-territorial da antiguidade, os estados-nação o serão nos tempos modernos ou capitalistas. Enquanto o poder imperial limitava-se a cobrar impostos da colônia, deixando intactas sua organização econômica e sua cultura, os estados-nação passam a se envolver diretamente na promoção do desenvolvimento econômico e na competição internacional por maior riqueza e maior poder, a serem alcançados por taxas de crescimento mais elevadas. Para isso, buscam homogeneizar sua cultura, dotando-se de uma língua comum, para, através da educação pública, poder garantir que padrões crescentes de produtividade sejam compartilhados por toda a população (Gellner 1993).

Para que a Revolução Capitalista – ou a modernização segundo uma perspectiva mais gradualista – pudesse se desencadear, a partir do século XIII, na Europa, foi necessário que primeiro houvesse uma transformação técnica fundamental da agricultura, que, até o século XI, estava limitada quase exclusivamente às terras de aluvião; foi o uso de arados com lâminas de ferro e outras ferramentas capazes de cortar terras duras que viabilizou a exploração das terras altas e férteis da Europa (Landes 1999: 41). Só graças a esse progresso técnico decisivo foi possível produzir o excedente econômico necessário para que trabalhadores pudessem ser transferidos para o comércio e a indústria – e também para que pudessem ser construídas as grandes catedrais góticas, quase todas datadas do século XII. Celso Furtado (1961), usando com liberdade conceitos de Marx e de Weber, propôs que a ideia do desenvolvimento econômico se constituiu em dois momentos históricos e está intimamente relacionada com o processo de *racionalização* que caracterizará o mundo moderno. Nas sociedades pré-capitalistas o excedente econômico era empregado na construção de templos e palácios e no financiamento da guerra. A nova racionalidade

se revela, em um primeiro momento, no mercantilismo: na definição de um objetivo econômico claro (o lucro), e na adoção da acumulação de capital como meio de atingi-lo. Esse é o momento do mercantilismo entre o século XVI e o XVII: o excedente originado do aumento da produtividade agrícola, que nas sociedades pré-capitalistas era investido em catedrais, palácios, e no comércio de bens de luxo, agora é investido no comércio visando o lucro. Mas a produção continua relativamente fora da lógica capitalista. Em um segundo momento, a partir da Revolução Industrial, a racionalidade se expressa em um meio mais especificamente racional de alcançar o lucro além da acumulação de capital: a incorporação de progresso técnico, e o aumento da produtividade. Assim, o que hoje chamamos de desenvolvimento econômico configurava-se pela primeira vez historicamente. E definia-se a estratégia principal para alcançá-lo: o investimento com progresso técnico.

Já vimos que a revolução industrial só foi possível depois da formação do estado-nação na Inglaterra e na França, no quadro do Estado absoluto. Formados os modernos estados-nação, seus respectivos Estados ou regimes políticos assumiram, sucessivamente, três grandes formas históricas. Em uma fase de transição, o Estado absoluto, os governos estavam formando seus Estados nacionais; estavam, portanto, voltados principalmente para a defesa contra o inimigo externo e a manutenção da ordem. Mas mesmo nessa época a preocupação dos grandes monarcas absolutos com a economia foi decisiva para o desenvolvimento econômico dos seus países. Seu Estado era um Estado mercantilista, uma primeira forma de Estado desenvolvimentista. Em seguida, quando aqueles dois objetivos começaram a ser razoavelmente assegurados nos países mais avançados, ao mesmo tempo que se formavam mercados nacionais, a nova classe burguesa logra que o Estado deixe de ser aristocrático e absoluto, Entramos então na fase do Estado liberal. que garante os direitos civis ou as liberdades, e do capitalismo liberal, apoiado na competição das empresas no mercado. No século XIX, no século do liberalismo econômico, quando se falava insistentemente em retirar o Estado da economia, este continuava a ter um papel chave no desenvolvimento econômico. No século XX, quando os pobres e as classes médias finalmente conquistam a democracia, o desenvolvimento econômico e o princípio do império da lei continuam centrais, mas agora, com a vitória dos defensores do sufrágio universal na virada para o XX, define-se uma nova forma de Estado, o Estado democrático liberal, e, um pouco mais adiante, diante da pressão das classes populares, principalmente na Europa, esse Estado se torna um Estado do bem-estar social. O Estado Liberal do

século XIX que Marx conheceu era, sob muitos aspectos, “o comitê executivo da burguesia”. No século XX já não é mais. O Estado, seu aparelho e sua ordem jurídica não são a mais simples forma de exercício do poder pelas classes dirigentes; são, como propôs Nicos Poulantzas (1968), “a condensação da luta de classes”; e vão se tornando instrumentos de emancipação social (Souza Santos 2004). Cabe ao Estado e a seu governo, em cada momento, estabelecer o delicado equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda, entre lucros e salários, entre investimentos e despesas sociais. São alternativas não excludentes, que muitas vezes se somam, mas que, com a mesma frequência, se opõem.

Coordenação econômica e Estado desenvolvimentista

Com a revolução capitalista as economias nacionais passam a ser coordenadas pelo Estado moderno – por suas leis e políticas públicas – e pelo mercado. Os mercados que antes eram locais transformam-se em mercados nacionais, e pouco a pouco começam a ganhar caráter internacional. Conforme assinalou Polanyi (1944), não houve nada de “natural” na passagem dos mercados locais para os nacionais: os mercados são instituições socialmente construídas, de forma que essa transição ocorreu como o resultado de estratégias políticas nacionais que de um lado institucionalizaram a competição, e de outro levaram à formação dos modernos estados-nação. Através da definição de fronteiras seguras, os Estados nacionais modernos criaram as condições necessárias para que uma burguesia industrial originária da burguesia comercial se constituísse a partir da revolução industrial inglesa, e passasse a investir e incorporar progresso técnico de forma sistemática e competitiva ao trabalho e aos meios de produção. Os antigos comerciantes investiam no mercado de longa distância, mas a riqueza que daí provinha era eminentemente instável. Em seguida eles começam a investir em manufaturas, mas seu investimento era ainda limitado, continuando a produção a se organizar de forma tradicional, e os mercados a serem ainda essencialmente de longa distância. Já o investimento na indústria, que ocorre a partir da revolução industrial, envolvia custos pesados que só podiam se justificar no quadro de um grande mercado assegurado pelo respectivo estado-nação. Daí o interesse das burguesias em se associar aos monarcas absolutos na constituição dos primeiros estados-nação.

O desenvolvimento econômico é assim um fenômeno histórico que ocorre no quadro da revolução capitalista de cada estado-nação, relacionado, de um lado, com o surgimento das nações e a formação desse estado-nação, e, de outro, com a acumulação de capital e a

incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital. É um processo histórico para o qual contribuem as três classes sociais que surgem da revolução capitalista – a capitalista, a trabalhadora assalariada, e, em um segundo momento, a classe profissional ou tecnoburocrática. Os empresários investem e inovam; a burocracia pública complementa, ao nível do Estado, a coordenação econômica realizada pelo mercado; a crescente classe profissional privada, que detém o conhecimento técnico, organizacional, e comunicativo, administra as empresas transformadas em organizações e conduz o desenvolvimento tecnológico e científico; os trabalhadores assalariados encarregam-se diretamente da produção. A tecnoburocracia pública e privada, além de ter um papel central no processo de organização da produção e na geração de ideias criativas, que são tão importantes no mundo atual, contribui diretamente para os níveis crescentes de renda per capita na medida em que seus ordenados refletem seu alto e crescente valor adicionado per capita. O mesmo acontece, ainda que em menor grau, com os trabalhadores assalariados que, ao incorporarem crescente capital humano a sua força de trabalho, vêem seus salários também crescerem.

Três tipos de países capitalistas

No quadro da globalização, o desenvolvimento econômico pode também ser definido como o bom êxito na competição entre os países por maiores taxas de crescimento. O capitalismo é essencialmente competitivo, e, ao contrário do que ensina uma teoria econômica neoclássica esvaziada de conteúdo político e institucional, essa competição não se limita às empresas, mas também se dá entre os estados-nação. Essa competição econômica passa a existir a partir da revolução capitalista em cada país . Por isso, ela não se limita aos países ricos, aos estados-nação que têm o mesmo nível de desenvolvimento econômico e realizaram originalmente sua revolução capitalista; ela envolve também os países de renda média que formaram seus estados-nação e realizaram sua revolução industrial mais tarde. Esses países tiveram que enfrentar o imperialismo dos primeiros para realizar sua própria revolução capitalista, mas quando foram bem sucedidos nessa empreitada, tornaram-se concorrentes poderosos, porque se beneficiaram de sua mão-de-obra barata e de sua capacidade de copiar a tecnologia dos países mais avançados. Mas para isso foi necessário um grau de independência nacional que lhes permitisse construir uma nação, definir uma estratégia nacional de desenvolvimento e impedir que seus mercados internos fossem ocupados pelas empresas multinacionais sem verdadeira

contrapartida – um grau de independência que especialmente os países asiáticos dinâmicos revelaram ter.³

Podemos pensar no desenvolvimento econômico em termos de etapas, mas as etapas por que passaram os países em desenvolvimento de renda média (que, ao contrário dos países pobres ou subdesenvolvidos, já realizaram sua revolução capitalista) foram diferentes daquelas seguidas pelos países em que a revolução industrial ocorreu originalmente – os países ricos. Tanto os países de renda média como os pobres têm em comum o fato de terem sido colônias, mas enquanto os primeiros superaram em diversos graus sua condição colonial, os países pobres não conseguiram ainda enfrentar o imperialismo e estabelecer as bases de um verdadeiro estado-nação e de uma economia capitalista. Todos os países de renda média tiveram Estados desenvolvimentistas quando realizaram sua revolução capitalista, mas hoje, entre eles, é importante distinguir aqueles que continuam desenvolvimentistas porque mantêm sua autonomia nacional, possuem uma estratégia nacional de desenvolvimento, e assim crescem aceleradamente realizando o *catching up*, daqueles que continuam a enfrentar as contradições e ambiguidades deste oxímoro que é o desenvolvimento nacional-dependente. A Coreia do Sul e a China são exemplos do primeiro caso; o Brasil e o México, do segundo. Estes dois países latino-americanos construíram um Estado desenvolvimentista, foram capazes de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento, e realizaram o *catching up* entre 1930 e 1980, mas em seguida, em consequência de uma política de crescimento com poupança externa adotada na segunda metade dos anos 1970, entraram na década seguinte em uma grande crise financeira, viram suas economias estagnar, e, nesse contexto de debilidade nacional, perderam parte de sua ideia de nação e se submeteram-se ao Norte, deixando, portanto de contar com um Estado desenvolvimentista por que este é, por definição, um Estado de uma nação autônoma. É preciso, porém, assinalar que a autonomia ou a subordinação nacional é algo que precisa ser pensado em termos *graduais*. Neste caso, a China e a Coreia do Sul contam com Estados desenvolvimentistas, o México, desde que passou a fazer parte da NAFTA, não; e o Brasil está em uma situação intermediária. Em consequência, as taxas de crescimento dos países asiáticos dinâmicos tendem a ser altas, do Brasil, médias; e do México, baixas.

Quando, entre os anos 1940 e 1960, os economistas estruturalistas desenvolveram sua teoria e sua estratégia de desenvolvimento, eles eram pessimistas quanto à possibilidade de os países em desenvolvimento virem a ser capazes de exportar bens manufaturados.

Mas a experiência mostrou o contrário. Como também mostrou que esse desenvolvimento só é sustentável se o país *não* adotar a política de crescimento com poupança externa, *não* incidir em elevados déficits em conta corrente, e *não* se endividar externamente em moeda estrangeira.

Na medida em que o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico, podemos distinguir três modelos ou padrões de desenvolvimento, de acordo com o momento em que seu povo ganha autonomia, transforma-se em nação, forma um estado-nação, e logra realizar sua revolução industrial: (1) o desenvolvimento *original*, dos países que se industrializaram no século XVIII e início do século XIX, como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos, e dos que não foram colônias dos primeiros, mas se atrasaram na realização de sua revolução industrial, como a Alemanha e a Itália; (2) o desenvolvimento *retardatário independente*, dos países que foram colônias dos países de desenvolvimento original, mas afinal lograram um auto grau de autonomia nacional e se industrializaram realizando o *catching up*, tornando-se ricos, como o Japão, Taiwan e Coreia do Sul, ou tornando-se países de renda média, como a China, a Índia, a Malásia e a Tailândia; e (3) o desenvolvimento retardatário *nacional-dependente*, dos países que lograram realizar sua revolução capitalista, mas depois da grande crise de balanço de pagamentos dos anos 1980, perderam parte de sua autonomia nacional e passaram a crescer lentamente, como o Brasil e o México. Além desses três tipos que já realizaram sua revolução capitalista, temos os países que estão tentando realizá-la nesse momento, ou os simplesmente pobres.

O desenvolvimento econômico original foi estudado por um sem-número de analistas. Desde grandes economistas como Adam Smith e Karl Marx, até grandes historiadores como Fernand Braudel, Paul Bairoch e David Landes; no caso dos países de desenvolvimento original mas “atrasado”, o estudo clássico foi de Alexander Gerschenkron (1962), que analisou os países europeus que se desenvolveram na segunda metade do século XIX e verificou neles um grau maior de intervenção do Estado; esses países tinham a necessidade de enfrentar o imperialismo industrial da Inglaterra e da França, que buscavam “chutar sua escada”.⁴ Essa dificuldade apenas aumenta no caso dos países retardatários. Os trabalhos já clássicos sobre o desenvolvimento retardatário nacionalista são de Alice Amsden (1989) sobre a Coreia do Sul e de Robert Wade (1990) sobre Taiwan. O terceiro tipo de desenvolvimento, retardatário e nacional-dependente, foi analisado por três correntes de intelectuais relacionados com a teoria da dependência: os intelectuais da teoria da dependência *original*, marxista, identificada com a

superexploração capitalista (Gunder Frank 1965, 1969; Marini 1969, 1973), os da dependência *associada* (Cardoso e Faletto, 1969), e os da *nacional-dependência* (Celso Furtado 1967; Bresser-Pereira, 1973). As duas primeiras correntes são críticas da teoria estruturalista que apostava na revolução capitalista nos países em desenvolvimento, compartilhando a ideia de que não existe nem pode existir nos países da periferia do capitalismo uma burguesia nacional. A primeira deduzia desse pressuposto a necessidade da revolução socialista, enquanto a segunda concluía pela associação com o império e o crescimento com poupança externa. Já a interpretação nacional-dependente é herdeira do estruturalismo desenvolvimentista, reafirma a necessidade e possibilidade de uma revolução capitalista ou burguesa, e salienta através de um oxímoro o caráter ambíguo e contraditório das elites latino-americanas; que se constituem em uma burguesia nacional, ora adotando uma estratégia nacional de desenvolvimento, ora se submetendo às políticas e pressões vindas do centro imperial.⁵

Os dois últimos tipos de países – os países de renda média de desenvolvimento retardatário autônomo e os de desenvolvimento retardatário nacional-dependente são o objeto da macroeconomia desenvolvimentista e do novo desenvolvimentismo.⁶ Quando formulamos tanto a teoria econômica quanto a respectiva estratégia nacional de desenvolvimento estamos procurando generalizar a partir da experiência histórica desses países @@ frase incompleta. Mas existem ainda mais dois tipos de países em desenvolvimento – os países pré-industriais, que estão buscando realizar sua revolução industrial e capitalista, e os países pobres que ainda estão na fase de fazer a acumulação primitiva necessária para a industrialização.

Uma revolução incompleta

A revolução capitalista nos países de renda média latino-americanos pode ser considerada *incompleta*. A Argentina, o Brasil, o México e o Chile realizaram sua revolução capitalista, mas, dado o caráter contraditório, nacional-dependente, de suas elites econômicas, políticas e intelectuais, não lograram completar a revolução nacional que é uma parte integrante da revolução capitalista. Ou seja, não lograram formar um estado-nação realmente independente. Em parte porque as origens europeias de suas elites as induzem a se identificar com as elites dos países ricos ao invés de se associarem com seu próprio povo, ainda que de forma contraditória, como é próprio do capitalismo. Não têm, assim, autonomia para a formação de uma política econômica comparável àquela

desfrutada pelas elites dirigentes dos países dinâmicos da Ásia. A expressão ‘nacional-dependente’ é propositalmente um oxímoro para indicar essa ambiguidade intrínseca das elites latino-americanas. Enquanto países como a China ou a Coreia do Sul souberam enfrentar nos termos do seu interesse nacional os problemas do desenvolvimento, as sociedades nacional-dependentes são contraditórias porque estão muitas vezes submetidas à hegemonia ideológica dos países ricos que não estão interessados no seu desenvolvimento, e sim na neutralização de sua capacidade competitiva internacional. Mas em outros momentos os interesses nacionais, principalmente os relacionados ao mercado interno, que é o ativo fundamental de cada estado-nação, prevalecem. Vemos então que as elites locais logram se tornarem “nacionais” – ou seja, capazes de formular estratégias nacionais de desenvolvimento.

O quadro mundial em que hoje ocorre o desenvolvimento econômico é o da competição global, na qual os países ricos continuam a se desenvolver, mas o *catching up* ou o alcançamento dos níveis de renda dos países ricos pelos países em desenvolvimento é uma antiga previsão da teoria econômica que vem sendo confirmada por um número crescente de países. Esses países contam com duas vantagens: a mão-de-obra barata e a possibilidade de copiar ou comprar tecnologias a um custo relativamente baixo. Entretanto, essa vantagem só se transforma em realidade a partir do momento em que um país em desenvolvimento logra se dotar de um estado-nação e realiza sua revolução capitalista. Nesse momento o país passa a contar com as instituições necessárias para o desenvolvimento econômico, entre as quais as duas principais são o próprio Estado e uma estratégia nacional de desenvolvimento. Pode então, como aconteceu com os países latino-americanos até 1980 e vem acontecendo com mais persistência nos países asiáticos dinâmicos, aproveitar a oportunidade que representa a globalização – a abertura dos mercados que passa a ocorrer desde o último quartel do século XX – para exportarem bens manufaturados para os países ricos – bens com crescente conteúdo tecnológico ou valor adicionado per capita. Esses países vem adotando a estratégia do novo desenvolvimentismo – um conjunto de políticas econômicas que são justificadas do ponto de vista científico pela macroeconomia desenvolvimentista ou macroeconomia estruturalista.

O imperialismo industrial contemporâneo

Nas sociedades antigas as guerras faziam parte do modo de vida, porque era a forma através da qual os mais fortes submetiam os mais fracos e deles extraíam pela força o excedente econômico. Com o surgimento do capitalismo, a apropriação do excedente passou a ser realizada no mercado, e, em princípio, as guerras teriam perdido sentido. Entretanto, entre os tratados de Vestefália (1646), que são geralmente considerados um marco do surgimento dos estados-nação, até 1945, a competição entre os estados-nação foi acompanhada de guerras, já que as nações não tinham suas fronteiras plenamente definidas – algo essencial para que o mercado interno servisse de base para a industrialização. Na verdade as guerras entre os grandes países já haviam perdido sentido no início do século XX. É por isso que a Primeira Guerra Mundial foi um jogo de soma menor que zero: todos perderam, e a sua continuação, a Segunda Guerra Mundial, só não foi também um jogo perde-perde, porque dela os Estados Unidos emergiram como potência hegemônica mundial. A partir de então as grandes nações deixaram de recorrer à guerra para resolver seus problemas internacionais, reservando-a para intervenções policiais, como a que aconteceu na Bósnia, ou então a aventuras imperialistas fora do tempo como foi a invasão do Iraque em 2003.⁷

Por outro lado, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, a ideia de colonizar formalmente outros povos foi afinal abandonada pelos países ricos por tornar-se economicamente inviável dada a reação dos colonizados. Por algum tempo esses países, liderados pelos Estados Unidos, foram relativamente generosos em relação aos países em desenvolvimento. A Guerra Fria e uma atitude paternalista acentuavam essa ‘generosidade’. Entretanto, desde o surgimento dos NICs (newly industrialized countries), nos anos 1970, que exportavam manufaturados para os países ricos usando sua mão-de-obra barata, a competição dos países em desenvolvimento passou a ser vista como uma ameaça. Os países ricos que sempre buscaram se beneficiar de uma troca desigual (bens industriais por bens primários), ocupar os mercados internos dos países em desenvolvimento com suas empresas multinacionais, e enfraquecê-los com seus empréstimos em moeda forte, quando viram o surgimento do nacionalismo econômico ou do desenvolvimentismo, passaram a dar mais ênfase ao exercício da hegemonia ideológica, através da persuasão de suas elites econômicas e de políticas da superioridade da ‘ortodoxia liberal’ sobre o desenvolvimentismo. Depois que o uso ideológico da lei das vantagens comparativas perdeu poder persuasivo, o imperialismo contemporâneo dos

países ricos, em sua busca de se apropriar de uma parte do excedente gerado nos países em desenvolvimento, baseia-se na proposta ideológica de crescimento com poupança externa, que é atrativa para as elites dos países em desenvolvimento porque aumenta no curto prazo o consumo e reduz a inflação, mas que, por outro lado, aprecia as taxas de câmbio dos países que a aceitam e os desorganiza financeiramente. Esta hegemonia ideológica se vê fortalecida na medida em que os países em desenvolvimento, em função dos déficits em conta corrente em que se baseia a política de crescimento com poupança externa, se endividam em moeda estrangeira e ficam vulneráveis a crises de balanço de pagamento.

Enquanto a crise não se desencadeia, mas o endividamento externo se torna elevado, seus governos praticam a política do “confidence building” através da qual se submetem às demandas do centro imperial de liberalização, privatização e desregulação, que, como mostraram Ha-Joon Chang (2002) e Erik Reinert (2007), eram políticas e instituições que os países hoje ricos não adotaram quando se desenvolveram. Nesse quadro, a tese que a globalização tornou irrelevantes os estados-nação – o globalismo – é apenas uma estratégia das nações mais fortes e mais ricas para neutralizar os adversários que buscam o *catching up*. Essa tarefa jamais é plenamente consciente por parte dos países ricos, mas o fato é que adotam um pensamento único expresso na ‘ortodoxia liberal’ – o conjunto de diagnósticos, recomendações de reformas, e pressões que fazem aos países em desenvolvimento, seus competidores. Entre as propostas de reformas, a mais prejudicial aos países em desenvolvimento é a da abertura financeira acompanhada pela política de crescimento com poupança externa. A ortodoxia liberal ignora que no capitalismo global o desenvolvimento se caracterizaria por uma competição generalizada por maiores taxas de crescimento entre os estados-nação desenvolvidos e os de renda média – estes com a vantagem de disporem de mão-de-obra barata. Ao invés, salienta que a competição ocorre entre os próprios países em desenvolvimento para lograr a confiança e obter os investimentos diretos dos países ricos, como se déficits em conta corrente (poupança externa) financiados por investimentos diretos fossem uma boa estratégia de desenvolvimento. Na verdade, os déficits em conta corrente implicam apreciação da moeda nacional e uma alta taxa de substituição da poupança interna pela externa. Ao invés de crescer mais o país consome mais, e fica sujeito a crises cíclicas de balanço de pagamentos.

A existência do imperialismo contemporâneo e da reação desenvolvimentista dos países em desenvolvimento mais bem sucedidas não impede, naturalmente, que exista

cooperação entre os estados-nação. Esta é necessária, primeiro, para regular o processo de competição, e, segundo, para enfrentar problemas comuns, que não podem ser resolvidos apenas no âmbito nacional, como o aquecimento global e o combate às máfias de drogas.

A ortodoxia liberal que parecia irresistível nos anos 1990, quando a hegemonia ideológica americana chegou ao zênite em seguida ao colapso da União Soviética, revelou-se cada vez mais precária nos últimos anos. A globalização, que era a bandeira dos países ricos, transformou-se em uma ameaça para eles na medida em que os países que vêm alcançando maior êxito na competição internacional são exatamente aqueles que não seguem as recomendações associadas ao globalismo e à ortodoxia liberal; são os países que, além de manterem suas contas públicas equilibradas, estabelecem imposto sobre as exportações de commodities que originam a doença holandesa e mantêm o controle sobre suas taxas de câmbio, neutralizando, assim, a tendência à sua sobreapreciação. Com esse objetivo, crescem com despoupança externa ou superávit em conta corrente (o que limita os influxos de capital), controlam administrativamente esses influxos, e, quando a doença holandesa é clara, impõem impostos crescentes sobre suas exportações de commodities. O imperialismo dos países ricos, relativamente solidários entre si na medida em que sua mão-de-obra é relativamente cara e contam com multinacionais para capturar os mercados internos dos países em desenvolvimento, são mais bem sucedidos nesse intento na América Latina e na África, onde predomina o desenvolvimento nacional-dependente, do que na Ásia, onde domina o desenvolvimento autônomo.

Instituições e desenvolvimento

O desenvolvimento econômico implica mudanças na estrutura, na cultura e nas instituições da sociedade, de forma que é impossível analisá-lo apenas do ponto de vista econômico. Está associado a transformações no nível mais estável da sociedade que é o econômico ou da infraestrutura, porque a tecnologia é fator dinâmico por excelência, porque as formas de propriedade evoluem embora revelem grande resiliência, e porque as classes estão sempre em processo de mudança. Está associado também a mudanças culturais, principalmente às ideológicas que refletem os interesses dos diversos grupos sociais permanentemente envolvidos em relações de conflito e cooperação.

A literatura clássica sobre desenvolvimento econômico, desde Smith e principalmente de Marx, sempre deu maior atenção às instituições que lhe servem de obstáculo,

provavelmente porque estavam pensando em instituições pré-capitalistas impedindo a Revolução Capitalista. Entretanto, à medida em que as sociedades modernas foram se assenhorando de seu Estado e o transformando em instrumento de ação coletiva, foi ficando claro que instituições ‘positivas’, que facilitem o processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico, são fundamentais para o desenvolvimento econômico; que a nação, nos momentos de desenvolvimento acelerado, logra construir a instituição-chave desse processo: uma estratégia nacional de desenvolvimento. O papel positivo das instituições no desenvolvimento econômico não é apenas o de garantir a propriedade e os contratos, como afirma a ideologia neoliberal, é a de criar boas oportunidades de lucro que estimulem os empresários a investir e inovar.

Douglass North (1991), valendo-se de sua condição de historiador econômico e de ex-marxista, concluiu, de forma não inteiramente neoclássica mas certamente neoliberal, que o desenvolvimento econômico aconteceria sempre que as instituições do país garantissem a propriedade e os contratos. Estávamos, portanto, diante de um reducionismo ideológico radical. Na esteira de seu trabalho, surgiram modelos e trabalhos empíricos sobre o desenvolvimento econômico e instituições como os de Acemoglu, Johnson e Robinson (2004) ou de Rodrik, Hausmann e Velasco (2007) As regressões em termos de resultados revelam coeficientes altíssimos. Não poderia ser de outra forma: quanto mais desenvolvido o país, mais o estado de direito, a propriedade e os contratos estarão garantidos, e mais democrático será seu Estado. O problema destas regressões é o de que deixam de apresentar qualquer aderência quando não se comparam resultados (níveis de desenvolvimento econômico) mas se relacionam instituições com *taxas* de crescimento econômico. Na verdade, instituições como a garantia da propriedade e dos contratos, são antes a *consequência* do que a causa do desenvolvimento econômico. As instituições têm naturalmente um papel decisivo em garantir o desenvolvimento econômico e os demais objetivos políticos centrais das sociedades modernas, mas para isto não basta garantir a propriedade e os contratos. Como já vimos, o desenvolvimento econômico só ocorre nos quadros do sistema capitalista quando os diversos setores sociais se constituem em nação e, usando seu governo e seu Estado, tornam-se capazes de definir a instituição fundamental do desenvolvimento econômico, uma estratégia nacional de desenvolvimento: um conjunto de objetivos, normas, políticas públicas, práticas privadas, entendimentos compartilhados e acordos políticos que orientam o comportamento dos

agentes econômicos ao criarem oportunidades de investimento e ao estimularem o trabalho e a inovação (Bresser-Pereira 2006).

Para que o desenvolvimento econômico ocorra é necessário que o Estado, na sua qualidade de instituição maior e matriz das demais instituições, seja forte ou capaz: tenha legitimidade e capacidade para formular políticas, cobrar impostos e impor a lei. O tamanho do aparelho do Estado não garante sua capacidade. Não é necessário que seja ‘grande’, mas não poderá ser ‘pequeno’, porque não terá os meios necessários para garantir sua legitimidade. Quando falo em tamanho do Estado ou, mais precisamente, do aparelho do Estado, estou falando de carga tributária em relação ao PIB. A França e a Suécia, por exemplo, com cargas tributárias em torno de 50% do PIB, são exemplos de Estados capazes e grandes, enquanto certos países asiáticos apresentam um Estado pequeno mas capaz. Já os Estados Unidos, são exemplo de Estado que vem perdendo capacidade enquanto sua carga tributária é de apenas 30% do PIB. O Brasil é um país que tem um Estado grande em termos de carga tributária (35%), especialmente se consideramos seu nível de renda *per capita*, mas cuja capacidade é apenas média. Para que um Estado democrático seja realmente forte ou capaz é necessário que sua ordem jurídica seja estável e dotada de legitimidade, ou seja, apoiada na nação. Nas sociedades modernas essa estabilidade e essa legitimidade dependem de uma razoável homogeneidade da sociedade nacional e de instituições que reflitam seu estágio de desenvolvimento. E se expressam na capacidade do Estado de impor a lei e cobrar impostos em nível suficiente para prover os serviços sociais considerados direitos de cidadania. Construir sociedades homogêneas, sem grandes desigualdades, e Estados fortes, estáveis politicamente e dotados de legitimidade, é essencial para o desenvolvimento econômico, e é um desafio que as sociedades democráticas modernas enfrentam. Como o reconheceu um crítico insuspeito como é Francis Fukuyama (2004), o neoliberalismo, dominante nos anos 1990, com sua ênfase na redução do tamanho do Estado e na coordenação exclusiva pelo mercado, enfraqueceu o Estado ao invés de fortalecê-lo, como seria necessário para que houvesse segurança e desenvolvimento econômico.⁸

Conclusão

Neste trabalho enfatizei o papel da nação e da revolução capitalista no desenvolvimento econômico. Mais especificamente, dei ênfase à revolução nacional ou à formação dos estados-nação. Mostrei também que há três tipos de desenvolvimento econômico após a

revolução capitalista: desenvolvimento original (países ricos que realizaram inicialmente sua revolução nacional e industrial), desenvolvimento retardatário nacional (países em desenvolvimento que foram colônias mas uma vez liberados tornaram-se efetivamente independentes), e desenvolvimento nacional-dependente (países cujas elites são contraditórias ou ambíguas, porque se pensam europeias). Esses estados-nação estão em permanente competição econômica.

Entretanto, é preciso não esquecer o imperialismo dos países mais fortes, seja o imperialismo dos Estados Unidos, da França e do Reino Unido em relação a todos os países em desenvolvimento, seja o imperialismo do Brasil e da Argentina, em relação ao Paraguai e à Bolívia. Esse imperialismo caracteriza-se hoje, materialmente, pela política de crescimento com poupança externa e pela ocupação dos mercados internos dos países em desenvolvimento pelas empresas multinacionais, e, no plano ideológico, pela persuasão lograda junto a elites nacional-dependentes da superioridade da ortodoxia liberal sobre o desenvolvimentismo.

Em conclusão, o desenvolvimento econômico é um processo histórico de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico; é um processo de aumento da produtividade e dos salários, decorrente da necessidade de mão-de-obra cada vez mais qualificada e com maior custo de reprodução social; e é uma indicação de êxito na competição internacional. O agente por excelência do desenvolvimento econômico é a nação, e, dentro dela, os empresários responsáveis pelo investimento e a inovação, enquanto o Estado é o instrumento por excelência da nação para que alcance o desenvolvimento econômico e os demais objetivos políticos modernos. O desenvolvimento econômico continua fundamental para que o desenvolvimento sem adjetivos ou o progresso ocorra, este definido como o alcance dos cinco grandes objetivos políticos a que se propõem as sociedades nacionais modernas: a segurança, a liberdade, o bem-estar econômico, a justiça social, e a proteção do ambiente. O desenvolvimento econômico, ainda que entre em contradição com os demais objetivos, afinal os fortalece no médio prazo: os países mais desenvolvidos no plano econômico gozam de mais segurança, de mais liberdade, de mais justiça, e protegem melhor sua natureza. Mas esses cinco objetivos terão que ser permanentemente submetidos a compromissos ou ao princípio da razoabilidade em vista de conflitos percebidos ou reais que existem entre eles no curto prazo. O desenvolvimento econômico explica grande parte do comportamento dos estados-nação na era da globalização – o estágio do capitalismo no qual lograr o desenvolvimento econômico é

entendido como vencer ou ser bem sucedido na competição global. O desenvolvimento econômico, finalmente, é um sinal de êxito na competição global entre as nações. Felizmente elas já não se ameaçam com guerras, mas, através de suas empresas, competem firmemente na arena internacional, já que nas democracias modernas o critério principal de sucesso dos governantes é o de saírem-se bem nessa competição. Dado isso, o desenvolvimento econômico é sempre o resultado de uma estratégia nacional de desenvolvimento, é o resultado de nações fortes que se mostram capazes de criar Estados fortes para serem seu instrumento de ação coletiva. As nações, por sua vez, só se constituem e se mantêm fortes e vivas se forem produto de um acordo nacional constantemente renovado. Se o contrato social que as une internamente não for suficientemente sólido, se as classes sociais que as constituem não mantiverem um vínculo de solidariedade básico quando se trata de competir internacionalmente, não serão verdadeiras nações, o país ficará muito mais vulnerável ao pensamento hegemônico vindo do Norte, e a nação perderá vigor, como aconteceu com os países latino-americanos a partir da grande crise dos anos 1980. Para que desenvolvimento econômico seja retomado coloca-se, então, um problema de refundação nacional. Não a título de conclusão, mas de abertura para um outro debate, sugiro que é esse o grande desafio que hoje se coloca para a sociedade brasileira.

Referências

- Acemoglu, Daron, Simon Johnson e James Robinson (2004) "Institutions as the fundamental cause of long-run growth", Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, Working Paper 10481, May 2004.
- Amsden, Alice H. (1989) *Asia's Next Giant*. Oxford: Oxford University Press.
- Bresser-Pereira (2010) "As três interpretações da dependência", *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais* (UNESP), São Paulo, v.38, julho/dezembro: 17-48.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1973) "O novo modelo brasileiro de desenvolvimento", *Dados* 11: 122-145.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2002 [2003]) "Da diplomacia do equilíbrio de poderes à política da globalização", *Novos Estudos Cebrap*, 65, março 2003: 91-110. Publicação original em inglês, 2002.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2006) "Estratégia nacional de desenvolvimento", *Revista de Economia Política* 26 (2): 203-230.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2009) *Globalização e Competição*, Rio de Janeiro: Elsevier-Campus.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos, José Luis Oreiro and Nelson Marconi (2014) *Developmental Capitalism*, livro a ser publicado por Routledge, Londres.

- Cardoso, Fernando H. e Enzo Faletto (1969 [1970]) *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. Originalmente publicado em espanhol, 1969.
- Frank, Andre Gunder (1966) “The development of underdevelopment”, *Monthly Review* 18(4) 1966.
- Fukuyama, Francis (2004) *Construção de Estados: governo e organização no século XXI*, Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- Furtado, Celso (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Gellner, Ernest (1983) *Nations and Nationalism*. Ithaca: Cornell University Press. Gellner, Ernest (1993 [2000]) “O advento do nacionalismo e sua interpretação: Os mitos da nação e da classe”, in Gopal Balakrishnan e Benedict Anderson, orgs. (2000) *Um Mapa da Questão Nacional*, Editora Contraponto: 107-134. Publicação original em *Storia d'Europa* Vol. I, Turim: 1993.
- Gerschenkron, Alexander (1962) *Economic Backwardness in Historical Perspective*, Nova York, Praeger.
- Hobsbawm, Eric J. (1990) *Nations and Nationalism since 1780*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Kohli, Atul (2012) “Coping with globalization: Asian versus Latin American strategies of development, 1980-2010”, *Brazilian Journal of Political Economy* 32 (4): 531-556.
- Landes, David S. (1999) *The Wealth and Poverty of Nations*. New York: W. W. Norton.
- Marini, Ruy Mauro (1969) *Subdesarrollo y Revolución*, México: Siglo XXI.
- North, Douglass C. (1991) “Institutions”, *Journal of Economic Perspectives*, 5(1) Inverno 1991, 97-112.
- Polanyi, Karl (1944) *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press, 1957. Publicação original, 1944.
- Poulantzas, Nicos (1968) *Pouvoir Politique et Classes Sociales de l'Etat Capitaliste*, Paris: Maspero.
- Rodrik, Dani, Ricardo Hausmann e Andrés Velasco (2007) “Growth diagnostics”, in Dany Amsden, Alice H. (1989) *Asia's Next Giant*, New York: Oxford University Press.
- Schumpeter, Joseph A. ([1911] 1961) *The Development Economics*, Oxford: Oxford University Press, 1961.
- Souza Santos, Boaventura (2004) “Può il diritto essere emancipatori?” Una riflessione teorica”, *Democrazia y Diritto* 42(1) 2004: 25-55.
- Wade, Robert (1990) *Governing the Market*, Princeton: Princeton University Press.
- Wallerstein, Immanuel (1974) *The Modern World System*, New York: Academic Press.

¹ A industrialização japonesa, no final do século XIX, foi empreendida quase que totalmente pelo Estado; em torno de 1910, porém, ocorreu um rápido e radical processo de privatização.

No caso da Rússia e da China, as revoluções que se pretendiam socialistas foram na verdade revoluções nacionais e industriais; foram, paradoxalmente, parte da Revolução Capitalista.

² Esta expressão “unidade político-territorial” é minha, não de Gellner. Como a maioria dos teóricos políticos ele não distinguia com clareza o Estado (uma instituição dotada de soberania: o sistema constitucional-legal e a organização que o garante) do estado-nação ou país: uma unidade político-territorial.

³ Para uma comparação do desenvolvimento latino-americano com o asiático ver especialmente Kholi (2012).

⁴ A expressão “chutar a escada” foi usada originalmente por Friedrich List (1946) para descrever o comportamento da Inglaterra que procurava convencer os alemães a não se industrializarem usando os argumentos da economia clássica liberal. Este argumento foi descrever o comportamento atual dos países ricos em relação aos países em desenvolvimento. A expressão foi retomada com grande competência e propriedade por Ha-Joon Chang (2002)

⁵ Sobre essas três interpretações da dependência ver Bresser-Pereira (2011).

⁶ A macroeconomia estruturalista do desenvolvimento foi originalmente formulada em Bresser-Pereira (2009); associado a José Luis Oreiro e a Nelson Marconi, desenvolvemos de forma sistemática essa macroeconomia keynesiano-estruturalista inovadora em Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2014).

⁷ Estudei o fim das guerras entre os grandes países em Bresser-Pereira (2002).

⁸ Fukuyama, conhecido por seu nacionalismo e por sua visão conservadora e neoliberal, analisou principalmente a fraqueza dos Estados nacionais na África e no Oriente Médio, que se constituem em uma ameaça para os países ricos como fontes de doenças e de terrorismo. Significativamente, ele não se preocupa com a força dos países de renda média, porque esses ameaçam os países ricos de outra maneira: com sua mão-de-obra barata.